

**COLEÇÃO DE ESTUDOS EM PARCERIA**  
NOTA TÉCNICA N° 9

# **Enquadramentos da participação de mulheres na política na cobertura da imprensa brasileira: análise de publicações de veículos de mídia no Instagram entre 2022 e 2025**

---

Autoria: Letícia Sabbatini

Projeto Fortalecendo a Participação Política das mulheres e  
Combatendo a Violência de Gênero na Era Digital



Diálogos  
União Europeia - Brasil



Secretaria da  
Mulher



**Secretaria da Mulher  
Observatório Nacional da  
Mulher na Política**

**Coordenação-Geral do Observatório  
Nacional da Mulher na Política**  
Deputada Federal Iza Arruda (MDB/PE)

**Coordenação dos Eixos Temáticos**  
Eixo 1 | Violência Política contra a Mulher  
Dep. Federal Socorro Neri (PP/AC)

**Eixo 2 | Atuação Parlamentar e  
Representatividade**  
Dep. Federal Tabata Amaral (PSB/SP)

**Eixo 3 | Atuação Partidária e Processos  
Eleitorais**  
Dep. Federal Delegada Ione (AVANTE/MG)

**Chefe de Gabinete da Secretaria da Mulher**  
Ana Cláudia Lustosa da Costa

**Coordenação de Pesquisas**  
Ana Cláudia Oliveira

**Assessoria e Articulação Institucional**  
Cristiane Bernardes

**Diagramação**  
Felipe Ferreira

**Delegação da  
União Europeia no Brasil**

**Embaixadora – Chefe da Delegação**  
Marian Schuegraf

**Chefe da Seção para Assuntos Políticos,  
Econômicos e de Informação**  
Dorota Ostrowska-Cobas

**Chefe da Seção de Cooperação**  
Robert Steinlechner

**Oficial de Programas da Seção de  
Cooperação – Gerente de Projetos**  
Cintia Hoskinson

**Implementação**  
AESA – Agriconsulting Europe S.A.

**Apoio Técnico Diálogos UE-BR**  
Elisa Natola, Líder de Equipe  
Renan Rigo, Perito Principal

**Pesquisa e Redação**  
Letícia Sabbatini

**COLEÇÃO ESTUDOS EM PARCERIA**

Nota Técnica produzida no âmbito do projeto *Fortalecendo a Participação Política das mulheres e Combatendo a Violência de Gênero na Era Digital*, uma parceria entre o Observatório Nacional da Mulher na Política e a Delegação da União Europeia no Brasil, no contexto do Diálogos UE-Brasil.

© 2026 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Renúncia de responsabilidade: O conteúdo deste documento não reflete a opinião oficial do Parlamento brasileiro ou da União Europeia. A responsabilidade pelas informações e pontos de vista aqui contidos cabe inteiramente à sua autora.

Brasília, 10 de fevereiro de 2026



## INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica integra o projeto *Fortalecendo a Participação Política das Mulheres e Combatendo a Violência de Gênero na Era Digital*, iniciativa em parceria entre a Câmara dos Deputados, por meio do Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP), e a Delegação da União Europeia no Brasil, no contexto dos Diálogos União Europeia-Brasil. O projeto foi iniciado no primeiro semestre de 2025 e está voltado ao intercâmbio de boas práticas em gênero, democracia e direitos humanos.

No âmbito deste projeto, já foi publicada uma primeira nota técnica, na coleção Estudos em Parceria do ONMP, intitulada [“Representações da participação feminina na política: enquadramentos e resistências midiáticas no Brasil e na União Europeia”](#). Nela foi evidenciado que a participação feminina na política, tanto no Brasil quanto na União Europeia, é mediada por regimes de visibilidade ambíguos, nos quais a imprensa atua simultaneamente como vetor de reconhecimento e de deslegitimização. A literatura revisada pela NT1 demonstra que mulheres políticas são sistematicamente enquadradas por marcadores de gênero, como aparência, vida privada, emoções e moralidade, de modo a restringir sua autoridade e a reforçar uma ideia de excepcionalidade ou inadequação ao espaço público, mesmo em contextos de maior paridade institucional.

Nesse sentido, a análise comparada desenvolvida na NT 1 evidenciou que, embora os sistemas políticos e midiáticos brasileiros e europeus apresentem diferenças institucionais relevantes, como distintos níveis de paridade, regulação da mídia e tradição democrática, persistem padrões de deslegitimização simbólica da presença feminina na política. No Brasil, esses processos tendem a se manifestar por meio de enquadramentos hostis, moralizadores e personalistas, frequentemente associados a contextos de polarização intensa e fragilidade regulatória. Já nos países europeus analisados, mesmo em cenários de maior presença numérica de mulheres em cargos eletivos, a imprensa opera



resistências ancoradas em questionamentos de competência, enquadramentos paternalistas e estratégias visuais que reduzem o status cognitivo das mulheres políticas, por exemplo.

É a partir desse diagnóstico que se insere a presente Nota Técnica, que propõe um aprofundamento empírico localizado no caso brasileiro, concentrando-se na análise de publicações de veículos de imprensa no Instagram. Esse recorte faz sentido se considerarmos os padrões de consumo de notícias no Brasil, fortemente ancorados no ambiente digital. Conforme o *Digital News Report 2025*, cerca de 78% dos brasileiros se informam pela internet, contra apenas 10% que leem jornais impressos<sup>1</sup>. Isso se torna também evidente ao recuperarmos dados do relatório *Desigualdades Informativas: Entendendo os caminhos informativos dos brasileiros na internet 2024*, do Aláfia Lab, que identificou que o Instagram foi a principal rede social utilizada pelos brasileiros para se informar naquele ano<sup>2</sup>. O contexto europeu, explorado na Nota Técnica anterior, permanece como referência analítica fundamental para a interpretação dos resultados aqui apresentados. No entanto, a análise sistemática de perfis de veículos europeus em plataformas digitais não integra o escopo empírico desta Nota Técnica, podendo constituir uma agenda de pesquisa futura.

Tendo isso em vista, nas próximas seções, são desenvolvidas análises sobre como a imprensa brasileira, em específico, retratou, nos últimos anos, a participação de mulheres na política, examinando publicações de veículos de mídia no Instagram entre 2022 e 2025 para mapear temas predominantes, o grau de centralidade concedido às mulheres nessas narrativas e a ocorrência de estereótipos de gênero explícitos. As próximas páginas apresentam esse percurso analítico, articulando os procedimentos metodológicos adotados e os principais achados empíricos da pesquisa.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2025>. Acesso em: 09/01/2026.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://alafialab.org/desigualdades-informativas-entendendo-os-caminhos-informativos-dos-brasileiros-na-internet-2024/>. Acesso em: 09/01/2026.



## NOTA METODOLÓGICA

Para responder à questão central desta Nota Técnica e examinar como veículos jornalísticos vêm retratando a participação de mulheres na política, estruturamos uma estratégia metodológica que combina a coleta sistemática de conteúdo em redes sociais com análise de conteúdo.

O *corpus* final analisado nesta Nota Técnica é composto por 313 publicações feitas no Instagram por diferentes veículos de mídia brasileiros, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 14 de setembro de 2025. Trata-se de um intervalo que permite observar tanto momentos eleitorais, compreendendo uma eleição nacional e uma eleição municipal, quanto períodos não eleitorais, oferecendo um panorama mais amplo das continuidades e mudanças no enquadramento dado às mulheres na política.

A formação da base empírica ocorreu em etapas. Inicialmente, foram selecionados perfis de veículos de mídia presentes no Instagram, a partir do método de amostragem em bola de neve. Esta, vale dizer, se trata de uma estratégia não probabilística baseada em cadeias de referência, utilizada em pesquisas sociais quando o universo empírico não é plenamente delimitável a priori. No contexto de pesquisas baseadas no ambiente digital, esse procedimento assume contornos específicos, na medida em que as conexões entre atores, conteúdos e fluxos informacionais são mediadas por arquiteturas algorítmicas próprias das plataformas.

Operacionalmente, o método consistiu na definição de um conjunto inicial de perfis de veículos jornalísticos com atuação reconhecida no debate público nacional. A partir desse núcleo, foram identificados novos perfis por meio das conexões sugeridas pela própria plataforma, sobretudo a partir das recomendações automáticas do Instagram, permitindo mapear um ecossistema informacional mais amplo relacionado à cobertura política brasileira.

A composição final da base levou em consideração, além desta lógica relacional do ambiente digital, um critério explícito de diversidade regional, na medida em

que se buscou contemplar a heterogeneidade regional da cobertura jornalística brasileira, assegurando a presença de veículos de todas as diferentes regiões do país, com distintos níveis de alcance e inserção no debate público. Como resultado desse processo, a amostra de perfis analisados é composta por 38 veículos de maior circulação nacional, 12 veículos da região Centro-Oeste, 16 do Nordeste, 12 do Norte, 17 do Sudeste e 8 do Sul. Reconhece-se que diversos outros veículos poderiam ter sido incluídos no *corpus*, sobretudo considerando a amplitude e a heterogeneidade do campo jornalístico brasileiro. No entanto, a distribuição adotada se demonstrou satisfatória aos objetivos propostos e ao critério de diversidade regional, evitando uma leitura excessivamente centrada nos grandes centros midiáticos do país.

A coleta das publicações, por sua vez, foi realizada pelo software Fanpage Karma, que permitiu extrair as postagens ao longo de todo o período definido. As buscas foram conduzidas semestre a semestre, utilizando as sintaxes de busca abaixo.

**Figura 1 – Sintaxe de busca utilizada para coletar posts sobre a participação de mulheres na política**

```
("deputada" OR "deputadas" OR "vereadora" OR "vereadoras" OR "senadora" OR  
"senadoras" OR "prefeita" OR "prefeitas" OR "governadora" OR "governadoras" OR  
"presidenta" OR "ministra" OR "ministras" OR "parlamentares mulheres" OR "bancada  
feminina")
```

AND

```
("representação" OR "presença" OR "ocupação de cargos" OR "comissão" OR "comissões"  
OR "mesa diretora" OR "mesa" OR "relatoria" OR "relatora" OR "presidência de comissão"  
OR "liderança" OR "cargos de liderança" OR "coordenação" OR "coordenações" OR  
"votação" OR "votações" OR "pauta" OR "processo legislativo" OR "debate político" OR  
"projeto de lei" OR "PL" OR "PEC" OR "autoria de projetos" OR "propostas" OR "proposição"  
OR "aprovação" OR "tramitação" OR "relatório" OR "emenda" OR "candidatura" OR  
"candidaturas" OR "eleição" OR "eleições" OR "campanha eleitoral" OR "cotas de gênero"  
OR "paridade" OR "sub-representação" OR "ausência de mulheres" OR "indicada" OR  
"nomeada" OR "nomeação" OR "designada" OR "posse" OR "reeleição" OR "mandato" OR  
"participação institucional" OR "ocupação de espaços de poder")
```

Fonte: Autoria própria, 2025

**Figura 2 – Sintaxes de busca utilizadas para coletar *posts* sobre violência**

```
("deputada" OR "vereadora" OR "senadora" OR "a parlamentar" OR "ministra" OR  
"governadora" OR "prefeita") AND ("atacada" OR "ameaçada" OR "silenciada" OR  
"perseguição" OR "xingada" OR "agredida" OR "violentada" OR "violência política" OR  
"assédio" OR "assediada" OR "xingamentos" OR "perseguida")
```

```
"violência política" AND ("gênero" OR "mulher" OR "mulheres")
```

Fonte: Autoria própria, 2025

As sintaxes de buscas são, em resumo, um conjunto estruturado de termos, expressões e operadores lógicos que, combinados, orientam a recuperação de conteúdos dentro de uma base de dados. Em outras palavras, trata-se de uma forma sistemática de filtrar publicações com base em pistas linguísticas que indicam pertinência ao tema investigado. No total, as buscas resultaram em 34.068 *posts*. A partir desse universo, foi calculada uma amostra probabilística com 95% de confiança e 5% de margem de erro, o que resultou na seleção de 380 publicações para análise aprofundada.

As imagens acima evidenciam como as buscas abrangeram tanto a participação política de mulheres, quanto o tema da violência política. Isso se justifica uma vez que esta Nota Técnica faz parte de um conjunto mais amplo de pesquisas que abordam ambas as questões. Neste momento, no entanto, foram incluídos apenas os *posts* que tratavam diretamente da participação de mulheres na política, excluindo-se os conteúdos referentes à violência política de gênero, que serão analisados em outra nota técnica deste projeto. Esse refinamento levou à composição da base final de 313 *posts* examinados nesta análise.

A etapa interpretativa e analítica seguiu os procedimentos da análise de conteúdo, abordagem que possibilita identificar padrões discursivos, temas recorrentes e tendências de enquadramento, permitindo explorar tanto dimensões explícitas quanto elementos latentes na forma como a imprensa

retrata mulheres na política. A codificação do material foi guiada por um conjunto de variáveis previamente definidas.

Em um primeiro momento, para tornar o conjunto de publicações comparável e permitir uma análise dos conteúdos, cada *post* foi descrito a partir de um conjunto de variáveis de identificação. Essas variáveis reúnem informações básicas sobre origem, formato e desempenho das publicações, funcionando como o primeiro nível de organização da base antes da codificação temática e discursiva (Quadro 1).

**Quadro 1 – Variáveis de identificação**

Variável	Descrição	Categoria de codificação
ID_Post	Código único para cada publicação	Numérico sequencial
Perfil	Nome da conta ou veículo que publicou	Texto
Data	Data da publicação	dia/mês/ano
Formato do conteúdo	Tipo de postagem	Imagen / Vídeo / Carrossel /reel
Engajamento total	Soma de interações	Numérico

Fonte: Autoria própria, 2025

Além das informações básicas de identificação, cada publicação foi categorizada quanto ao tema central abordado. Essa etapa permitiu distinguir conteúdos que tratavam da participação de mulheres na política daqueles relacionados à violência política de gênero. Para os fins desta nota técnica, apenas os *posts* classificados como participação política foram incluídos na análise, ou seja, as publicações identificadas como violência política foram separadas e serão examinadas em nota técnica futura no âmbito deste projeto.

**Quadro 2 – Variável de tema**

Variável	Descrição	Categoria de condificação
Tema geral	Identifica o eixo central da publicação	Participação política / Violência política

Fonte: Autoria própria, 2025

Para aprofundar a compreensão sobre como a participação política das mulheres é enquadrada pelas publicações analisadas, os *posts* classificados neste eixo foram desdobrados em um conjunto de subtemas. Diferentemente das categorias gerais, esses subtemas não são excludentes entre si, permitindo captar a complexidade das narrativas e a sobreposição de dimensões presentes em um mesmo conteúdo. A codificação busca identificar desde menções a processos eleitorais até referências à atuação institucional, ocupação de cargos, debates sobre representação simbólica ou políticas de gênero.

**Quadro 3 – Variáveis de subtemas relacionados à participação política**

Variável	Descrição	Categoria de condificação
Candidatura e eleição	Menções a campanhas, pré-candidaturas, votações, resultados eleitorais ou paridade nas listas	0= Não / 1= Sim
Atuação institucional	Participação em votações, comissões, relatorias, ou proposição de projetos de lei	0= Não / 1= Sim
Ocupação de cargos e liderança	Destaque a nomeações, cargos de comando ou chefia de mulheres	0= Não / 1= Sim
Representação simbólica	Postagens sobre presença feminina em espaços de poder, debates sobre sub-representação e visibilidade	0= Não / 1= Sim
Agenda de gênero	Menções a políticas públicas, cotas, paridade, direitos das mulheres	0= Não / 1= Sim

Desempenho e legitimidade	Avaliações sobre competência, imagem pública, ou credibilidade das mulheres políticas	0= Não / 1= Sim
Outros	Quando o foco é político, mas não se enquadra claramente nas categorias acima	0= Não / 1= Sim

Fonte: Autoria própria, 2025

Além da identificação temática, buscou-se observar se as publicações colocam as mulheres políticas como protagonistas da narrativa. Essa variável permite distinguir conteúdos em que elas aparecem de forma periférica ou apenas mencionadas daqueles em que ocupam efetivamente o centro da construção discursiva.

**Quadro 4 – Variável de foco narrativo**

Variável	Descrição	Categoria de condificação
Foco narrativo	Coloca mulheres políticas no centro da narrativa	0= Não / 1= Sim

Fonte: Autoria própria, 2025

Quando a publicação coloca a mulher política no centro da narrativa, também buscamos identificar como essa mulher é retratada. Para isso, utilizamos um conjunto de categorias mutuamente excludentes, cada uma representando um enquadramento específico associado à atuação, postura, imagem pública ou valoração simbólica da personagem. Essas categorias funcionam como um mapa de possíveis retratos midiáticos, permitindo observar tanto representações positivas quanto negativas, bem como enquadramentos neutros ou ambíguos.

A construção dessas categorias, vale dizer, não se deu a partir de um único modelo tipológico previamente estabelecido, resultando de um processo 1) de diálogo com a literatura explorada na NT1; 2) e de posterior leitura exploratória dos dados. Isto é, em um primeiro momento, a definição das categorias dialogou

com a literatura sobre enquadramentos midiáticos generificados, que aponta recorrências na forma como mulheres em posições de poder são retratadas. Em um segundo momento, essas referências foram ajustadas e refinadas a partir da leitura exploratória do *corpus* empírico, permitindo a construção de categorias sensíveis às especificidades discursivas observadas nas publicações analisadas.

**Quadro 5 – Variáveis de focos narrativos**

Categoria	Descrição
<b>Aliada</b>	Retrata a mulher como apoiadora de um projeto político, grupo, liderança ou causa, enfatizando alinhamento e cooperação.
<b>Articuladora</b>	Enquadra a mulher como alguém capaz de negociar, construir acordos e operar estratégias políticas nos bastidores ou em espaços institucionais.
<b>Ativista</b>	Destaca envolvimento com mobilização social, defesa de pautas e atuação pública ancorada em causas e movimentos.
<b>Autoridade/ Técnica</b>	Apresenta a mulher como especialista, gestora ou figura de comando, enfatizando domínio técnico, credibilidade profissional e legitimidade institucional.
<b>Combativa</b>	Retrata atuação marcada por confrontos, embates e posicionamentos firmes, destacando enfrentamento político direto.
<b>Corrupta/ Imoral</b>	Associa a mulher a escândalos, acusações ou condutas moralmente problematizadas, enfatizando desvios éticos.
<b>Derrotada/ Enfraquecida</b>	Enquadra a mulher em situação de queda, desgastada politicamente, derrotada em votações, disputas ou batalhas simbólicas.
<b>Empática</b>	Destaca sensibilidade, acolhimento e capacidade de se conectar emocionalmente com públicos, grupos ou situações.
<b>Incoerente</b>	Mostra a mulher como contraditória ou inconsistente, evidenciando mudanças bruscas de posição ou desalinhamento entre discurso e prática.
<b>Incompetente</b>	Associa a mulher à incapacidade de atuar, falhas frequentes,

	erros, despreparo ou desempenho negativo.
<b>Incomum</b>	Retrata a mulher de modo que enfatiza singularidade, excepcionalidade ou características que fogem ao padrão esperado.
<b>Líder/ Competente</b>	Enquadra a mulher como capaz de conduzir processos, liderar grupos e apresentar desempenho sólido ou exemplar.
<b>Oponente</b>	Apresenta a figura como antagonista em disputas políticas, posicionando-a em oposição direta a outras lideranças, projetos ou grupos.
<b>Polêmica</b>	Retrata ações, declarações ou posições públicas que geram controvérsia, repercussão negativa ou divisões entre públicos.
<b>Resiliente/ Ponderada</b>	Mostra a mulher como equilibrada, firme diante de adversidades e capaz de responder a conflitos de maneira cautelosa e estratégica.
<b>Suspeita</b>	Associa a mulher a investigações, incertezas ou indícios de condutas questionadas, mesmo sem imputação clara.
<b>Vitoriosa</b>	Enquadra a mulher como vencedora em disputas políticas, votações, eleições ou batalhas públicas, destacando conquistas e êxitos.

Fonte: Autoria própria, 2025

Embora os retratos atribuídos às mulheres políticas possam assumir conotações positivas ou negativas, isso não significa que todos mobilizem estereótipos de gênero. Por isso, incluímos uma variável específica para identificar quando esses estereótipos aparecem de forma explícita na narrativa. Essa codificação permite registrar situações em que a representação recorre a traços de gênero, aparência, comportamento ou moralidade de maneira estereotipada, reforçando atributos associados ao feminino de modo generalizante ou reducionista.

**Quadro 6 – Variável de presença de estereótipos**

Variável	Descrição	Categoria de condificação
Presença de estereótipos	Uso de traços de gênero de forma estereotipada	0= Não / 1= Sim

Fonte: Autoria própria, 2025

Os estereótipos identificados nesta análise não foram organizados em categorias prévias, ao contrário do que ocorre com os retratos narrativos. Embora ambos os níveis de codificação estejam relacionados, a incidência de estereótipos de gênero se apresentou de forma muito particular em cada publicação, frequentemente marcada por nuances, formulações específicas ou expressões que escapam a classificações rígidas. Em vez de se repetirem em padrões suficientemente estáveis para justificar categorias fechadas, esses estereótipos emergiram como casos únicos, vinculados ao contexto individual de cada *post*, à escolha de imagens, a descrições pontuais ou a enquadramentos sutis que se manifestam de maneiras menos previsíveis.

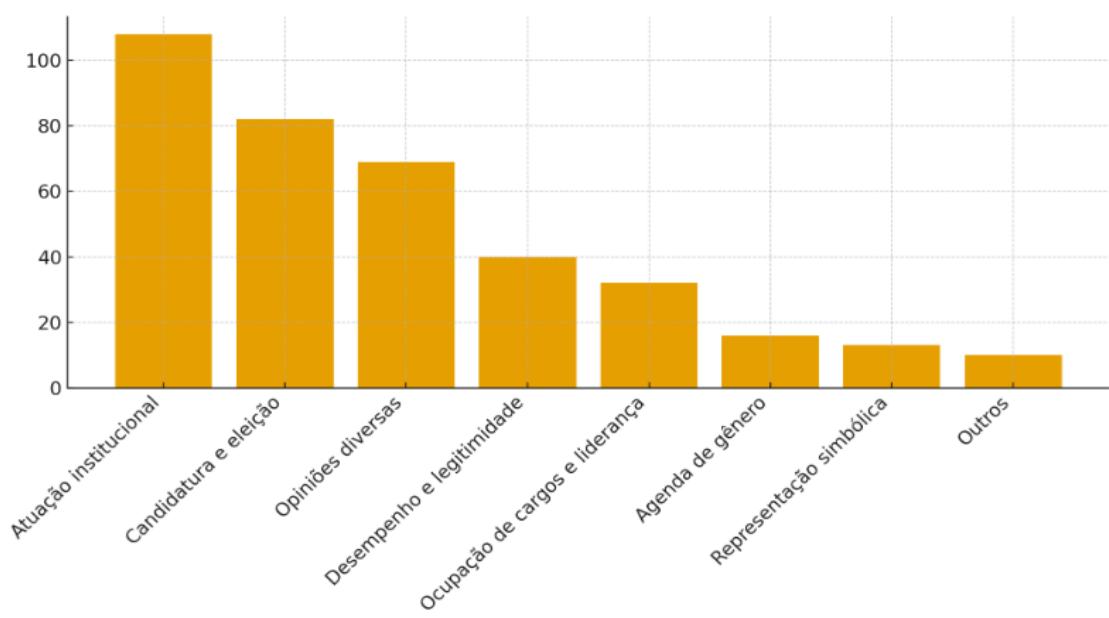
Assim, optou-se por registrar cada ocorrência de forma descritiva, anotando exatamente como o estereótipo aparecia no conteúdo analisado. Essa abordagem permite capturar a diversidade e a singularidade dessas manifestações, que vão desde referências à aparência, relações familiares, apagamentos simbólicos, até enquadramentos comportamentais. Ao preservar essa granularidade, evitamos reduzir casos distintos a um mesmo rótulo e mantemos a capacidade de identificar nuances importantes nas formas como o gênero é acionado nos discursos midiáticos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da base final de 313 publicações, a análise buscou identificar como a participação de mulheres na política é retratada pelos veículos de mídia no Instagram, observando tanto os temas mobilizados quanto os enquadramentos narrativos atribuídos a essas personagens. A leitura sistemática do material permitiu mapear padrões de visibilidade, recorrências discursivas, formas de reconhecimento/apagamento e a presença de estereótipos de gênero que atravessam essas representações. O objetivo desta seção é apresentar os principais achados dessa investigação, articulando os resultados quantitativos às interpretações qualitativas que ajudam a compreender de que maneira a imprensa contribui para consolidar, tensionar ou reconfigurar a imagem pública das mulheres na política brasileira.

A começar pela análise dos principais temas relacionados à participação dessas mulheres (Figura 3), que ilustra uma maior incidência de postagens concentrada nos temas *Atuação institucional* e *Candidatura e eleição* (respectivamente 29,1% e 22,1%). Esse volume indica que a imprensa no Instagram tende a destacar principalmente momentos de visibilidade direta da atividade política, seja na disputa eleitoral, seja no exercício cotidiano de mandatos e funções oficiais. A maior incidência desses dois temas reflete padrões já consolidados da cobertura jornalística sobre política, que costuma privilegiar momentos institucionais e eleitorais, dinâmica que também aparece aqui no caso das mulheres.

**Figura 3 – Principais temas associados à participação de mulheres na política**



Fonte: Autoria própria, 2025

O eixo temático *Opiniões diversas* (18,6%) também ocupa um lugar relevante dentro da amostra, reunindo postagens que mencionam mulheres políticas para comentar cenários, emitir avaliações gerais ou inserir impressões pontuais sobre o debate público. A presença expressiva desse tema sugere que as mulheres aparecem não apenas como agentes de processos formais da política, mas também como referenciais discursivos acionados em análises, interpretações e comentários produzidos pelos veículos.

Na sequência, estão *Desempenho e legitimidade* e *Ocupação de cargos e liderança*, que, apesar de menos frequentes, ainda representam um volume expressivo (com 10,8% e 8,6%, respectivamente). Esses temas sugerem que parte da cobertura também se dedica a avaliar a atuação das mulheres, seu reconhecimento público e sua presença em posições de comando ou chefia. A distribuição desses conteúdos indica que, embora a visibilidade feminina continue mais associada a momentos formais da política, também há espaço para narrativas que abordam autoridade, competência e trajetória, elementos que contribuem, mais diretamente, para moldar a percepção pública sobre o lugar das mulheres em posições decisórias.



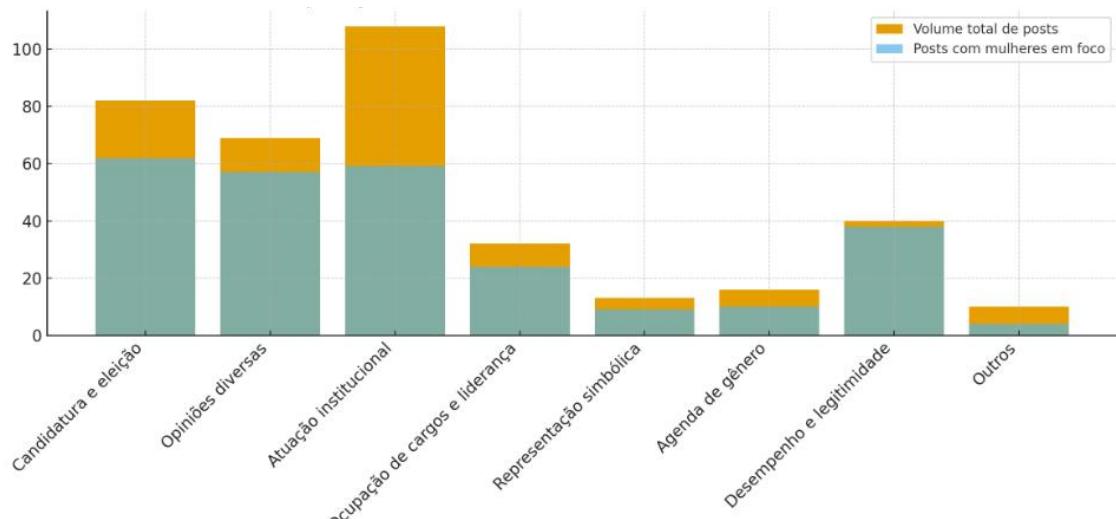
Por fim, as categorias *Agenda de gênero* (4,3%) e *Representação simbólica* (3,5%) têm uma incidência menor. Geralmente, são temas acionados em momentos específicos, como datas comemorativas, aprovação de políticas voltadas a mulheres ou discussões conjunturais sobre desigualdades. Assim, na medida em que não são incorporados como parte regular da cobertura cotidiana, mas acionados diante de gatilhos externos ou agendas excepcionais, nota-se que há um tratamento mais episódico das questões estruturais de gênero.

Ainda que o conjunto geral dos *posts* revele uma concentração em determinados temas, é importante observar como essas publicações enquadram, ou não, as mulheres citadas como foco. Cerca de 31% dos conteúdos analisados mencionam a participação feminina, mas fazem isso de maneira lateral, seja porque as mulheres aparecem apenas como coadjuvantes em um contexto mais amplo, seja porque sua presença é citada sem ocupar o centro da narrativa visual ou textual.

Por outro lado, é significativo que a maioria das publicações (69%) coloque explicitamente as mulheres em evidência: aparecem nas imagens, são protagonistas nos vídeos ou têm suas declarações destacadas no texto, por exemplo. Esse volume pode demonstrar uma presença mais afirmada das mulheres nos conteúdos que tratam de política, sugerindo também que há espaço para uma representação mais substantiva e individualizada dessas figuras públicas.

Esse contraste abre uma questão relevante para a análise: quando observamos apenas os *posts* que realmente centralizam mulheres, a distribuição temática permanece a mesma? Ou seja, os temas predominantes, como atuação institucional e campanhas eleitorais, seguem sendo aqueles em que elas aparecem com maior destaque, ou existem diferenças significativas na forma como a imprensa as retrata quando são protagonistas da narrativa? No gráfico abaixo, fica evidente a resposta para esta questão.

**Figura 4 – Distribuição temática dos conteúdos e centralidade das mulheres na cobertura**



Fonte: Autoria própria, 2025

Combinando o volume total de publicações com a proporção de *posts* que colocam mulheres no centro, observa-se que alguns temas funcionam como catalisadores do protagonismo feminino, enquanto outros tendem a absorver as mulheres em narrativas mais amplas. O caso mais evidente é *Desempenho e legitimidade*, em que 95% das publicações dão destaque direto às mulheres. Esse resultado sugere que, quando a cobertura se volta à avaliação de competência, credibilidade ou contestações simbólicas, as mulheres aparecem como personagens explícitas, seja para reconhecer sua atuação, seja para questionar sua autoridade.

O mesmo padrão aparece, ainda que em escala menor, em *Opiniões diversas* (com 82,6% dos *posts* colocando as mulheres no centro). Debates, análises e comentários tendem a convocar diretamente mulheres como sujeitos opinantes ou alvos da interpretação, o que indica que, quando a imprensa se desloca do registro factual para o discursivo, há uma propensão a nomear e personificar as mulheres envolvidas.

Nos temas *Candidatura e eleição* e *Ocupação de cargos e liderança*, a



centralidade também é expressiva (respectivamente 75,6% e 75%). No primeiro caso, porque campanhas e disputas eleitorais frequentemente se estruturam em torno de personagens. No segundo, porque nomeações, posse de cargos e entrada em posições de comando funcionam como marcos institucionais que, por si só, elevam o perfil das personagens. Em ambos os casos, as mulheres aparecem como agentes concretas de processos de decisão e conquista de autoridade.

Já *Atuação institucional* (54,63%) ocupa uma posição interessante. Embora seja o tema mais numeroso em termos absolutos, é também aquele em que as mulheres menos aparecem como foco proporcional. Isso sugere que a rotina de comissões, votações ou atividades legislativas tende a diluir o protagonismo feminino. Isto é, as mulheres aparecem como parte do ambiente institucional, mas não necessariamente como figuras centrais na narrativa. Assim, quando o assunto é a “máquina institucional” mais diretamente, a cobertura parece incorporar as mulheres a um fluxo mais impessoal da política, no qual sua presença é reconhecida, mas não destacada.

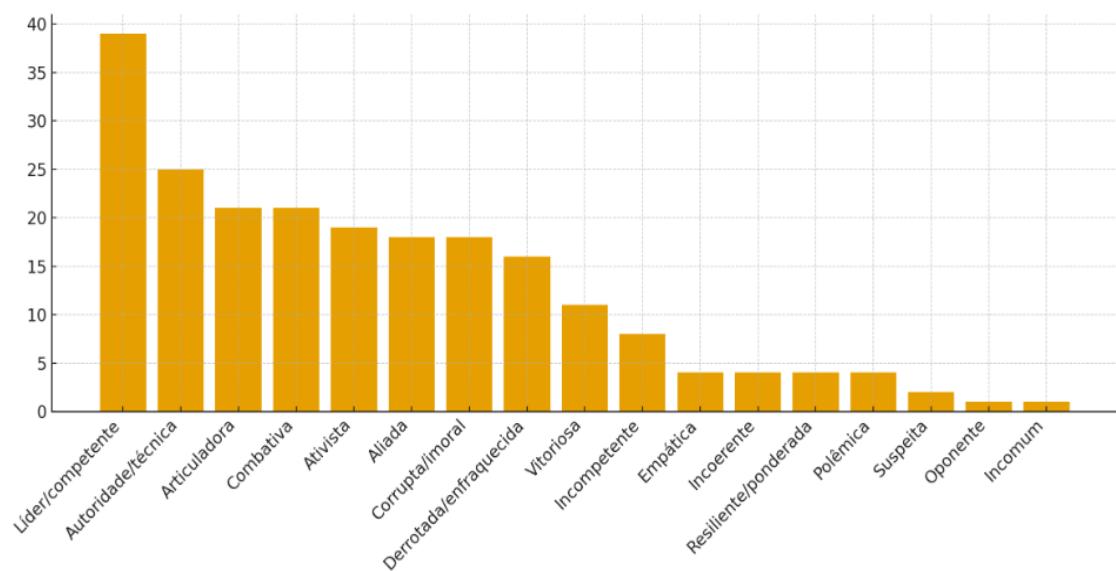
O contraste entre esses padrões revela, pois, que temas ligados à disputa, avaliação e liderança tendem a individualizar e destacar mais as mulheres. Já temas que tratam do funcionamento cotidiano da política, tendem a absorvê-las em narrativas coletivas, sinalizando uma forma específica de reconhecimento: as mulheres ganham mais centralidade na imprensa quando estão em disputa, sob avaliação ou quando vivenciam momentos de ascensão, porém, sua presença se torna menos evidente quando operam na rotina institucional.

Considerando apenas os *posts* que centralizam mulheres, há um conjunto de sentidos que estrutura como a imprensa molda suas figuras públicas nas redes sociais online. A distribuição dos retratos revela um predomínio de enquadramentos positivos associados à dimensão profissional das mulheres na política. Os retratos *Líder/competente* (18%), *Autoridade/técnica* (11,5%) e *Vitoriosa* (5%) formam um primeiro grupo marcado por atributos que reforçam capacidade, legitimidade e reconhecimento público. Aqui, as mulheres aparecem

como figuras sólidas, dotadas de expertise, desempenho consistente e poder institucional.

Trata-se de um conjunto de representações que as insere no núcleo da ação política, destacando sua atuação qualificada em contextos de tomada de decisão, execução de políticas ou enfrentamento de disputas eleitorais. Esses retratos, somados, representam uma parte significativa da visibilidade feminina e sinalizam que, quando ocupam o centro narrativo, as mulheres muitas vezes são associadas a competências profissionais e trajetórias de sucesso.

**Figura 5 – Principais retratos e sentidos associados às mulheres**



Fonte: Autoria própria, 2025

Já os retratos *Articuladora* (9,7%) e *Combativa* (9,7%) destacam mulheres como agentes políticas ativas, capazes de negociar, disputar espaços, construir alianças e enfrentar adversários, evidenciando autonomia e capacidade de se movimentar no jogo político. Esses enquadramentos reforçam a presença feminina como sujeito da ação e não apenas como figura ilustrativa no contexto institucional. No entanto, no caso específico de *Combativa*, é importante reconhecer que, embora muitas vezes remeta a firmeza e assertividade, o termo também pode aparecer associado a estereótipos tradicionalmente usados para



desqualificar mulheres, vinculando-as à ideia de agressividade ou descontrole, um recurso narrativo que, quando presente, tende a deslocar a discussão política para atributos de personalidade.

Nesse mesmo eixo, a categoria *Ativista* (8,8%) aproxima-se desse tipo de retrato, por também representar mulheres engajadas e mobilizadas, mas nem sempre de forma positiva. Em alguns casos, aparece associado a estigmas ou a uma leitura moralizante da militância feminina. Há, pois, uma ambivalência situada entre o reconhecimento da agência política e a ativação de estereótipos, o que aponta para possíveis caminhos de pesquisa futuros capazes de explorar como essas categorias operam em diferentes contextos narrativos. Ainda assim, esses três retratos compartilham uma característica comum: mostram mulheres que não apenas ocupam a política, mas atuam de maneira ativa dentro dela.

Há também retratos que posicionam as mulheres em relação a outros atores, geralmente homens que ocupam o papel central da narrativa. Aqui entram principalmente *Aliada* (8,3%) e, de maneira bem mais lateral, *Oponente* (0,4%). No primeiro caso, a mulher aparece como apoio, extensão ou peça estratégica em projetos liderados por terceiros, funcionando como elemento complementar dentro de uma dinâmica política maior. No segundo, assume a função de antagonista.

Embora distintos, esses dois enquadramentos partilham um traço comum: ambos situam a personagem feminina em posição relacional, mais definida pela interação com o outro do que por sua própria agenda. São retratos que reconhecem sua presença no jogo político, mas não necessariamente sua autonomia plena dentro dele.

Em outra direção, um grupo de retratos explicitamente negativos destaca falhas, fragilidades ou desgaste profissional. Aqui se encontram *Corrupta/imoral* (8,3%), *Incompetente* (3,7%), *Derrotada/enfraquecida* (7,4%) e *Suspeita* (0,9%). Esses retratos se concentram na performance política e institucional, projetando descrédito, vulnerabilidade ou desconfiança em relação às mulheres retratadas,

mostrando que a imprensa também participa da construção simbólica de fracasso e deslegitimação quando mulheres estão envolvidas em controvérsias ou enfrentam perdas políticas.

Um conjunto menor de retratos enfatiza dimensões emocionais apresentadas de maneira positiva, como *Empática* (1,8%) e *Resiliente/ponderada* (1,8%). Nesses casos, a narrativa destaca qualidades relacionais, como sensibilidade, diálogo e equilíbrio, que aparecem como atributos valorizados e compatíveis com expectativas sociais mais amplas sobre comportamentos associados ao feminino. Ainda que originalmente positivos, esses retratos mobilizam sentidos que, em alguma medida, dialogam com expectativas culturais de gênero, o que pode limitar a forma como a autoridade dessas mulheres é construída.

Por fim, aparecem retratos menos frequentes, mas também reveladores de tensões simbólicas, como *Incoerente* (1,8%), *Polêmica* (1,8%) e *Incomum* (0,46%). Aqui, a caracterização não é exatamente profissional nem emocional, mas funciona como uma marcação moral ou comportamental. Em *Polêmica*, a mulher é associada a ruído ou divisão, em *Incoerente*, à inconsistência, e em *Incomum*, à quebra de expectativas. Esses retratos operam na chave do desvio, seja em relação ao comportamento político esperado, seja em relação ao que se considera típico para figuras femininas públicas. Embora numericamente pequenos, são relevantes porque indicam como certos enquadramentos podem reforçar a ideia de excepcionalidade ou inadequação quando mulheres fogem do padrão considerado normativo.

Se estes retratos ajudam a compreender os sentidos gerais atribuídos às mulheres na política, a próxima categoria de análise diz respeito à presença de estereótipos de gênero explícitos, permitindo identificar quando tais sentidos são atravessados por referências diretas a gênero, aparência, emotionalidade ou papéis sociais tradicionalmente associados ao feminino. Assim, ao contrário da análise anterior, que evidenciou como as mulheres são retratadas com conotações tanto positivas quanto negativas, os estereótipos surgem como marcações discursivas específicas, acionadas pontualmente e com potencial de

reforçar expectativas normativas ou enquadramentos reducionistas sobre quem essas mulheres são e como devem se comportar.

Na base analisada, apenas 12,1% das publicações analisadas recorrem a algum tipo de estereótipo de gênero explícito, enquanto 87,9% não apresentam esse recurso de forma diretamente identificável, o que pode sugerir que a imprensa evita enquadramentos abertamente estereotipados.

No entanto, é importante frisar que esse baixo percentual não significa ausência de desigualdades simbólicas, mas revela um movimento já conhecido da cobertura política contemporânea: estereótipos flagrantes, ou seja, aqueles facilmente reconhecíveis, como referências à aparência, emocionalidade ou papéis familiares, aparecem com menor frequência, enquanto processos mais sutis de diferenciação de gênero tendem a operar de maneira mais indireta. Assim, o baixo percentual de casos explícitos sugere menos uma igualdade consolidada e mais uma transformação das formas pelas quais o gênero estrutura a narrativa, passando de estígmas evidentes para mecanismos mais difusos.

Como explicitado na seção metodológica desta Nota Técnica, optou-se por não sistematizar estes estereótipos em categorias fixas, como nas outras análises, uma vez que apareceram, frequentemente, de maneira situacional, moldados pelo contexto de cada postagem e pelas escolhas narrativas dos veículos. Ainda assim, há alguns padrões mapeados que devem ser apresentados e discutidos. Nesse sentido, ao examinar qualitativamente estas ocorrências, é possível identificar pelo menos seis blocos simbólicos que estruturaram a forma como certos sentidos de gênero emergem nas publicações.

Um primeiro bloco reúne estereótipos que associam mulheres à ideia de descontrole, instabilidade ou irracionalidade, mobilizando sentidos relacionados, por exemplo, à agressividade. É o caso do *post* abaixo (Figura 6), publicado em 17 de julho de 2025 pelo veículo do Centro-oeste RD News, também conhecido como “Portal de Notícias do Mato Grosso”. Ao se referir a uma divergência entre a então vereadora de Cuiabá (MT), Baixinha Giraldelli (Solidariedade) e colegas

da Câmara dos Vereadores, o portal escolhe o termo “soltou os cachorros” para ganhar destaque visual.

**Figura 6 – Print de post do Instagram**



Fonte: Instagram<sup>3</sup>

Enquadramentos como este mobilizam uma matriz histórica que opõe razão e emoção como atributos generificados, atribuindo às mulheres uma suposta menor capacidade de autocontrole, ponderação ou firmeza racional. Ainda que apareçam de modo pontual, esses estereótipos podem deslocar o debate político para características pessoais e desviar a atenção de argumentos, propostas ou ações institucionais. Na prática, reforçam imaginários que desqualificam a atuação política feminina ao situá-la no campo da emotividade.

Vale dizer, contudo, que esta associação entre emoção e figuras políticas femininas nem sempre opera a partir da lente da agressividade, adquirindo roupagens que podem, inclusive, soar positivas ao serem interpretadas como

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DMON9IqO39m/>. Acesso em: 09/01/2025.

sinal de sensibilidade e empatia, por exemplo.

É o caso da postagem abaixo (Figura 7), publicada pelo veículo Metrópoles em 27 de setembro de 2023, na ocasião da aposentadoria da ministra Rosa Weber do Supremo Tribunal Federal (STF)<sup>4</sup>. Embora o texto seja elogioso e ressalte parte de sua trajetória na Corte, o título da imagem, “*Weber chora no Adeus ao STF e diz que segue vigilante com a democracia*”, evidencia como a emoção é destacada como elemento central da narrativa - aspecto que aparece também, mas em menor medida, no texto da publicação, como em “*Com os olhos marejados [...]*”.

**Figura 7 – Print de post do Instagram**



<sup>4</sup> Embora esta Nota Técnica tenha como foco a participação de mulheres na política institucional a partir de cargos eletivos, a amostra inclui publicações referentes à ministra Rosa Weber, então integrante do Supremo Tribunal Federal (STF). A presença desses conteúdos decorre da inclusão do termo “ministra” na sintaxe de busca utilizada na coleta de dados, o que possibilitou a recuperação de postagens relacionadas a mulheres que ocupam posições de poder no Estado, ainda que não sejam oriundas de mandato eletivo. Entende-se que, apesar de não se tratar de uma política eleita, a atuação de Rosa Weber em um dos mais altos cargos do Judiciário brasileiro insere-se no debate mais amplo sobre mulheres em posições de autoridade e visibilidade pública, não comprometendo os objetivos analíticos desta Nota Técnica.

Fonte: Instagram<sup>5</sup>

Esse tipo de ênfase não desqualifica a ministra nem compromete o teor celebratório da publicação, mas indica uma lógica recorrente na forma como a mídia enquadra mulheres em posições de poder. Isto é, mesmo quando o foco é a competência ou o legado institucional, a dimensão emocional tende a ser trazida para o primeiro plano.

É importante reconhecer que a expressão pública de emoção também pode ser destacada pela imprensa quando protagonizada por homens em cargos de poder. Nesses casos, contudo, a emoção tende a ser enquadrada como sinal de sensibilidade excepcional, humanidade ou ruptura momentânea de um padrão de autocontrole associado ao masculino. No caso das mulheres, por sua vez, a emoção aparece menos como exceção e mais como elemento integrado à construção simbólica de sua imagem pública.

Um segundo conjunto de estereótipos opera reforçando a ideia de que a presença feminina na política é condicionada ou dependente de homens. Trata-se de um enquadramento que não aparece apenas no discurso jornalístico, mas reflete também a própria estrutura da política institucional brasileira, historicamente marcada por redes masculinas de decisão, negociação e legitimação.

Um *post* do jornal sudestino O Tempo, publicado em 31 de março de 2022, torna esse mecanismo evidente (Figura 8). O episódio narrado envolve a então vereadora Duda Salabert avaliando convites para mudança de partido, um processo legítimo e, sobretudo, ativo, que incluía conversas já realizadas com dirigentes do PT, PV e PSB enquanto ela ainda estava filiada ao PDT. Portanto, nada na situação real sugere passividade, uma vez que se trata de uma parlamentar negociando seu futuro político, exercendo capacidade decisória e ponderando alternativas. Ao noticiar esse processo, contudo, o *post* desloca o centro da ação. Embora a matéria completa publicada pelo próprio jornal

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CxtmOnnRof/>. Acesso em: 09/01/2025.

apresente Salabert como protagonista — o título afirma “*Duda Salabert analisa convites para mudança de partido*” e descreve suas articulações com diferentes legendas — a publicação no Instagram assume outro caminho. O trecho que aparece destacado no *post* reproduz uma expressão supostamente usada por dirigentes partidários (“vou fazer um leilão”), mas a forma como essa informação é trazida movimenta o sentido do episódio, transformando a “brincadeira” no próprio eixo da narrativa.

**Figura 8 – Print de post do Instagram**



Fonte: Instagram<sup>6</sup>

Esse descompasso entre o enquadramento da matéria jornalística e sua “tradução” para as redes sociais pode estar relacionado, entre outros fatores, às rotinas produtivas específicas das redações no ambiente digital, uma vez que em muitas estruturas jornalísticas, a gestão das redes sociais é realizada por profissionais distintos daqueles responsáveis pela apuração e redação das matérias. Essas dinâmicas podem influenciar a escolha de trechos, títulos e chamadas mais voltadas à lógica de atenção e performatividade das plataformas.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CbxjirlsTw4/>. Acesso em: 09/01/2026.

Neste caso, a parlamentar, que na matéria é apresentada como agente que analisa, conversa, pondera e tem o poder de decidir, é descrita, na peça visual, como objeto de transação entre homens. O destaque dado à expressão “vou fazer um leilão”, colocada como título da imagem que abre o *post*, confere centralidade a um eixo narrativo que enquadra Duda como item negociável e desloca sua autonomia política.

Assim, ainda que o veículo esteja reportando algo que dirigentes alegam terem dito, a escolha de transformar essa frase no foco da postagem reforça o estereótipo da mulher como peça manipulada, e não como protagonista de sua própria movimentação partidária. Assim, a distância entre o evento político e sua tradução na lógica da plataforma, centrada em engajamento, impacto e simplificação, evidencia como alguns estereótipos podem emergir mesmo quando a realidade aponta na direção contrária.

Além disso, esse enquadramento se torna ainda mais explícito quando observamos o contraste implícito construído pela própria publicação. Logo abaixo da referência ao “leilão” de Duda, o *post* menciona também as movimentações políticas de Cleitinho Azevedo, apresentadas como uma decisão unilateral no trecho “[...] já definiu que vai disputar uma cadeira no Senado Federal [...].” A comparação reforça o desequilíbrio de agência entre homens e mulheres, pois enquanto a parlamentar tem sua escolha reinterpretada como objeto de disputa entre dirigentes, Cleitinho é retratado como sujeito pleno de sua trajetória, exibindo autonomia e poder de decisão.

Trata-se, portanto, de um estereótipo que opera menos por insulto direto e mais pela despossessão da agência, ao atribuir aos homens o papel de atores principais e às mulheres o lugar simbólico de peças movidas por eles ou ainda de objetos das decisões políticas destes mesmos homens. A distância entre o fato político (uma parlamentar deliberando) e sua representação (uma mulher “leiloada” por dirigentes) revela com nitidez como esse estereótipo se manifesta.

O terceiro bloco de estereótipos, ligado a vínculos familiares e a execução de



papéis tradicionais no seio familiar, guarda relação direta com os mecanismos analisados anteriormente, mas opera de maneira própria. Assim como no bloco que associa mulheres à dependência de figuras masculinas, aqui também há um deslocamento da agência feminina para vínculos externos. Porém, ao invés de remeter ao jogo político imediato, essa dependência é construída a partir de laços familiares.

Na amostra analisada, esse tipo de enquadramento aparece de forma menos frequente e menos central nas publicações em redes sociais do que outros estereótipos mapeados. A baixa incidência não indica, contudo, sua irrelevância no debate público. Ao contrário, ela pode estar relacionada às próprias dinâmicas de produção e circulação de conteúdo jornalístico nas plataformas digitais. Embora perguntas sobre maternidade, vida familiar ou conciliação entre o espaço privado e o cargo público possam aparecer em entrevistas e reportagens, como abordado na NT1, manchetes ou chamadas destacadas nas redes sociais tendem a privilegiar títulos e casos mais diretos, controversos ou orientados à lógica de engajamento, por exemplo. Dessa maneira, na base analisada, este bloco contou com *posts* mais “sutis” e pontuais, tratando-se de casos em que a mulher é apresentada como “esposa de”, “filha de” ou “mãe de”, sendo nomeada e reconhecida por sua relação com um homem ou com uma estrutura doméstica.

Há ainda outro bloco mapeado que opera não pela atribuição direta de características às mulheres, mas pela retirada sistemática de elementos essenciais para reconhecê-las como agentes políticos plenos. Aqui, o estereótipo não se manifesta por insulto, caricatura ou redução comportamental, mas por invisibilização e apagamento, seja por omissões, enquadramentos desproporcionais ou escolhas editoriais que diminuem a presença simbólica das mulheres na cena política.

Esse bloco se diferencia dos anteriores porque sua operação é mais sutil: em vez de exagerar um traço, como emotionalidade, dependência ou vínculo familiar, ele suprime outros. Ainda assim, aproxima-se dos demais na medida

em que produz o mesmo efeito estrutural: reforça a ideia de que a política não pertence às mulheres, ou que sua atuação é secundária diante de figuras masculinas. Em alguns casos, essa invisibilização ocorre na linguagem, como quando um *post* do veículo sudestino Diário do Litoral indicou, em *post* de 8 de abril de 2022, que, no Guarujá (SP), uma lei teria sido “assinada pela prefeita em exercício”, mas sequer menciona o seu nome, retirando da autoridade feminina a identificação que reforçaria seu vínculo com o cargo e com a ação realizada.

**Figura 9 – Print de *post* do Instagram**



Fonte: Instagram<sup>7</sup>

Um outro bloco de estereótipos identificados na análise diz respeito à ênfase na aparência de mulheres políticas, seja por meio de comentários explícitos sobre vestimenta, escolha estética ou estilo, seja pela seleção de imagens que sexualizam ou deslocam o foco da atuação para o corpo. Trata-se de um mecanismo particularmente persistente no tratamento midiático de figuras

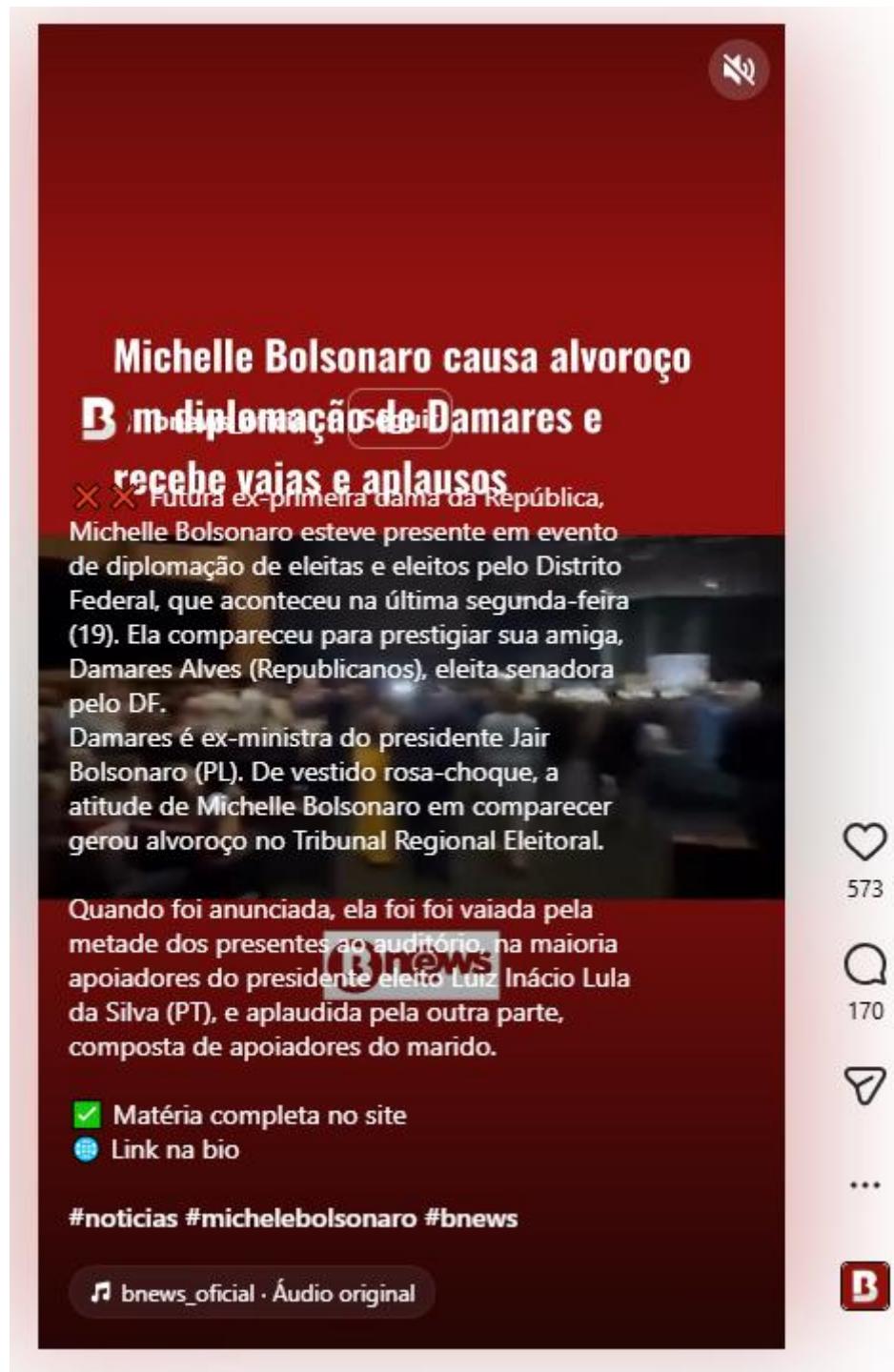
<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CcF0mobsL7h/>. Acesso em: 09/01/2026.



femininas, que historicamente são avaliadas tanto por sua performance política quanto por atributos físicos não aplicados aos homens.

É o caso do veículo regional com atuação no Centro-Oeste, BNews que, ao noticiar, em 20 de dezembro de 2022, a presença da então primeira-dama, Michelle Bolsonaro, em um evento de diplomação de eleitas e eleitos pelo Distrito Federal, menciona “*De vestido rosa-choque, a atitude de Michelle Bolsonaro em comparecer gerou alvoroço no Tribunal Regional Eleitoral [...]*”. Sugere-se, dessa maneira, que a presença pública de mulheres políticas deve ser interpretada através de marcadores estéticos, reforçando, assim, um imaginário em que aparência e comportamento visual funcionam como parte do julgamento político.

**Figura 10 – Print de post do Instagram**



Fonte: Instagram<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/reels/CmZLxSavduf/>. Acesso em: 09/01/2026.

Esse enquadramento, vale dizer, evidencia como é a própria aparência feminina que produz efeito público. Ao afirmar que “*de vestido rosa-choque, a atitude de Michelle Bolsonaro em comparecer gerou alvoroço*”, a publicação não apenas destaca a cor da roupa, mas a transforma em um dos elementos explicativos da cena, como se o impacto de sua presença estivesse ancorado também em seu corpo e estilo. Há, nesse sentido, um forte contraste com o modo como políticos homens são enquadrados midiaticamente, uma vez que suas vestimentas ou aparência não costumam ser mencionadas ou interpretadas como causa de repercussão. Em resumo, na cobertura masculina, o corpo é geralmente desincorporado, enquanto que, na feminina, ele se torna parte constitutiva da notícia.

Ao mesmo tempo, esse bloco se distingue dos demais porque sua lógica não está baseada na emoção, na dependência masculina, na posição relacional familiar ou no apagamento. Aqui, o estereótipo opera por hipervisibilidade, isto é, a mulher não desaparece, mas aparece de um modo que reduz sua complexidade e enfatiza uma moldura corporal.

Alguns dos casos analisados, vale dizer, vão além da simples menção à vestimenta e chegam a sexualizar a presença feminina. É o que ocorre na publicação do veículo nortista O Liberal, que, em 12 de abril de 2023, noticia a condenação da então vereadora Verônica Costa (PL), figura amplamente conhecida no universo do funk, por tortura contra o seu ex-marido. A imagem escolhida para ilustrar o *post*, no entanto, chama a atenção, na medida em que não possui relação com o crime, com sua atuação institucional ou mesmo com o episódio investigado. Em vez disso, opta por exibir parte do corpo da vereadora, também conhecida como “mãe loira”, acentuando estereótipos típicos de sua persona enquanto funkeira (Figura 11).

**Figura 11 – Print de *post* do Instagram**



Fonte: Instagram<sup>9</sup>

Essa escolha visual adquire contornos ainda mais densos quando observada no contexto do crime noticiado. A sexualização de mulheres acusadas ou condenadas reforça um eixo de culpabilização de gênero, uma vez que a figura da mulher sensual, especialmente quando inscrita em universos estigmatizados como o do funk, é historicamente mobilizada como marca de desvio moral, sugerindo transgressão, lascívia ou inadequação. Esta associação se torna ainda mais impactante se considerarmos o contexto da acusação - violência contra o ex-marido -, aproximando Verônica Costa da figura da "libertina assediadora". Assim, o enquadramento visual escolhido reinscreve o caso em um imaginário no qual a sensualidade feminina opera como evidência de culpa, desvio ou transgressão.

Por fim, se todos os blocos anteriores salientam aspectos negativos, seja por deslegitimização emocional, dependência masculina, vínculos familiares, apagamentos simbólicos ou foco na aparência, um último conjunto de estereótipos opera de forma distinta, partindo de um enquadramento

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cq9CMotMCb3/>. Acesso em: 09/01/2026.



aparentemente positivo: o do pioneirismo.

Aqui, o destaque dado às mulheres nasce do reconhecimento de feitos considerados excepcionais, como ser “a primeira a” ou “a única a” ocupar determinado cargo, conduzir uma ação inédita ou romper uma barreira institucional. À primeira vista, trata-se de um enquadramento celebratório, que valoriza a conquista individual e reconhece a presença feminina em espaços historicamente ocupados por homens. Esses *posts* frequentemente aparecem em tom de homenagem, registrando marcos relevantes para a trajetória de determinadas figuras políticas ou para a ampliação da representação feminina de modo geral.

No entanto, esse mesmo gesto que celebra também pode produzir um efeito simbólico ambíguo, pois, ao insistir na lógica da exceção, da mulher como rara, como novidade, como ocorrência extraordinária, reforça-se, ainda que de modo sutil, a norma de que o lugar natural da política continua sendo masculino. Além disso, essa narrativa de excepcionalidade opera atribuindo a estas mulheres qualidades quase sobre-humanas, como se estivessem dotadas de um conjunto de competências, habilidades e disposições incomuns ao conjunto das mulheres “normais”. Na prática, isso pode elevar o nível mínimo de desempenho esperado para que uma mulher seja considerada apta a ocupar espaços de poder. Enquanto homens são frequentemente celebrados por serem “gente como a gente”, com trajetórias medianas e acessíveis, as mulheres parecem ter de provar excelência para serem reconhecidas como legítimas.

Apesar do teor negativo encontrado entre os temas e enquadramentos analisados, assim como nos estereótipos explícitos identificados em parte das publicações, é importante reforçar que há também boas práticas evidentes na cobertura da participação de mulheres na política. Uma parcela expressiva dos conteúdos analisados, especialmente aqueles que colocam mulheres no centro da narrativa, adota enquadramentos que enfatizam competência, liderança, autoridade técnica e capacidade de articulação política, inserindo essas personagens no núcleo decisório da vida pública. Os retratos de mulheres como



líderes, gestoras, especialistas ou agentes estratégicas indicam que há espaço, no jornalismo praticado nas plataformas digitais, para narrativas que reconhecem a atuação feminina sem recorrer a marcadores estereotipados de gênero. Esses conteúdos demonstram que é possível noticiar a política feita por mulheres a partir de critérios substantivos, centrados em desempenho, trajetória e impacto institucional, contribuindo para a normalização de sua presença nos espaços de poder.

Além disso, o já mencionado baixo percentual de estereótipos de gênero explícitos identificado na amostra sugere que parte da imprensa já evita enquadramentos abertamente sexistas, ainda que desigualdades simbólicas persistam de forma mais opaca. Esse dado aponta para um campo de disputa em curso, no qual práticas editoriais mais cuidadosas coexistem com narrativas que ainda reproduzem hierarquias de gênero. Nesse sentido, a consolidação de boas práticas passa pela redução de estereótipos evidentes, mas também pela incorporação sistemática da perspectiva de gênero como critério editorial. Experiências internacionais, como as desenvolvidas na Espanha a partir da Ley Orgánica de Igualdad (2007), indicam caminhos possíveis ao incentivar a inclusão da perspectiva de gênero nos meios de comunicação, seja por meio de políticas públicas, seja pela adoção de manuais de estilo e diretrizes internas nas redações. Ainda que esta nota técnica não se proponha a analisar tais instrumentos em profundidade, os achados aqui apresentados reforçam a relevância de iniciativas que promovam uma cobertura mais equitativa, capaz de ampliar a visibilidade das mulheres na política sem condicionar sua legitimidade a padrões de excepcionalidade, moralização ou enquadramentos generificados.



## CONCLUSÕES

A análise de 313 publicações produzidas por veículos de mídia no Instagram, entre 2022 e 2025, permite delinear como a imprensa brasileira tem retratado a participação política de mulheres no período recente. Utilizando análise de conteúdo, o estudo examinou tanto os temas acionados nas publicações quanto a centralidade dada às personagens femininas e os estereótipos de gênero explicitamente mobilizados. O objetivo foi compreender não apenas *sobre o que* se fala quando mulheres aparecem na cobertura política, mas *como* elas são enquadradas, reconhecidas ou invisibilizadas no processo.

Os resultados apontam para um padrão claro. A cobertura privilegia temas ligados à *Atuação institucional* e à *Candidatura e eleição*, reforçando a tendência histórica de enquadrar mulheres sobretudo em momentos formais e altamente visíveis da política. *Opiniões diversas, Desempenho e legitimidade* e *Ocupação de cargos e liderança* também aparecem com relevância, embora em menor volume, indicando que há espaço para reconhecer competência, autoridade e trajetória, ainda que esse reconhecimento não constitua o núcleo da cobertura. Já *Agenda de gênero* e *Representação simbólica* surgem de forma mais episódica, acionadas em datas específicas ou em acontecimentos conjunturais, o que revela que debates estruturais sobre desigualdade e presença feminina não fazem parte do repertório cotidiano da imprensa.

Quando essas categorias temáticas são cruzadas com o foco narrativo, as nuances ficam mais evidentes. Embora 69% das publicações centralizem mulheres, essa centralidade não é distribuída de maneira uniforme. Temas associados à disputa, avaliação e liderança tendem a colocar mulheres no centro, enquanto conteúdos vinculados à rotina institucional as absorvem em narrativas amplas, nas quais sua presença é reconhecida mas raramente individualizada. Assim, a imprensa destaca figuras femininas sobretudo quando elas estão sob escrutínio, ascensão ou disputa, mas tende a diluir seu protagonismo quando a política aparece em registros mais procedimentais.



No plano qualitativo, a análise dos estereótipos explícitos, presentes em apenas 12,1% dos *posts*, revela que, embora menos frequentes, essas ocorrências ajudam a compreender como o gênero segue operando como gramática dessa cobertura. Esses estereótipos se organizam em blocos simbólicos que vão desde a associação entre mulheres e descontrole emocional até representações que as colocam como dependentes de homens, passando por vínculos familiares, formas de apagamento, sexualização e, por fim, o enquadramento aparentemente positivo do pioneirismo.

Em ambos, observa-se um deslocamento simbólico que restringe a agência feminina: ora por meio da emoção excessiva, ora pela vinculação a figuras masculinas, ora pela retirada de nome, imagem e protagonismo, ora pela fixação no corpo ou, ainda, pela lógica da exceção que reforça a ideia de que mulheres continuam sendo novidade no espaço político.

Tomados em conjunto, os achados mostram uma cobertura que ainda inscreve as mulheres dentro de enquadramentos tradicionais, muitas vezes modulados por expectativas de gênero. Há, de um lado, retratos positivos que reconhecem competência e liderança. De outro, persistem narrativas que reforçam desigualdades simbólicas, seja por meio de estereótipos explícitos, seja por mecanismos mais sutis de desautorização.

Além disso, os resultados apresentados também preparam o terreno para as próximas etapas do projeto. A terceira Nota Técnica, por exemplo, examinará a atuação de influenciadores políticos na construção de narrativas sobre tais mulheres, permitindo compreender como os enquadramentos vistos nesta nota circulam fora do jornalismo profissional. Em momento posterior, será feita ainda uma análise comparativa dos marcos legais e regulatórios no Brasil e na União Europeia, oferecendo subsídios para o debate sobre políticas públicas, autorregulação da mídia e incorporação da perspectiva de gênero nos sistemas de comunicação.

Em conjunto, essas notas técnicas compõem uma base analítica que visa



subsidiar ações de conscientização pública e capacitação de formadores de opinião, a serem conduzidas pelo Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP), em parceria com a Delegação da União Europeia no Brasil, no contexto dos Diálogos União Europeia–Brasil ao longo dos próximos meses. Com especial atenção ao ciclo eleitoral de 2026, o documento busca contribuir para o diagnóstico das desigualdades simbólicas que atravessam a cobertura política e para a promoção de boas práticas jornalísticas e comunicacionais que ampliem o reconhecimento, a legitimidade e a participação das mulheres nos espaços de poder.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Gabriela Santos; SILVA, Elisa Lacerda. A desinformação como ferramenta de violência política de gênero. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, v. 7, n. 14, 2023.

AZAMBUJA, Kátia Carolina Meurer. **Veja: há 40 anos construindo a imagem das mulheres na política**. Dissertação (mestrado), Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2015.

BARBOSA, Giovana Giraldelli Mendes et al. **Violência política de gênero e raça: o caso da cassação da vereadora Edna Sampaio no Portal RDNews**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Federal de Mato Grosso, Graduação em Jornalismo, Cuiabá, 2024.

BENTIVEGNA, Sara; REGA, Rossella. Politicians Under Fire: Citizens' Incivility Against Political Leaders on Social Media. **Social Media+ Society**, v. 10, n. 4, p. 20563051241298415, 2024.

BUCKLEY, Fiona; KEENAN, Lisa; MARIANI, Mack. Violence against politicians in Ireland: what does it look like and how is it gendered?. **Irish Political Studies**, v. 40, n. 3, p. 340-370, 2025.

CAVALCANTI, Camila Saraiva Maia. **A Violência Política de Género Contra as Parlamentares em Portugal**. Dissertação de Mestrado. Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, 2022.

CURZI, Yasmin et al. **Estratégias da desordem informacional de gênero: narrativas sobre mulheres na política**. 2024. Disponível em: <https://midiademocracia.fgv.br/estudos/estrategias-da-desordem-informacional-de-genero-narrativas-sobre-mulheres-na-politica>. Acesso em: 14/10/2025.

CURZI, Yasmin et al. **Violência Política de Gênero Online**: mulheres de esquerda candidatas à prefeitura receberam mais ataques e menos apoio em comentários do YouTube. 2024. Disponível em: <https://midiademocracia.fgv.br/estudos/violencia-politica-de-genero-online-mulheres-de-esquerda-candidatas-prefeitura-receberam>. Acesso em: 14/10/2024.

DANTAS, Fernanda Argolo. **Dilma Rousseff: uma mulher fora do lugar**. As narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil. Tese (Doutorado), Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, 2019.

FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, p. 347-362, 2006.

FONTES, Ana Angélica Melo. **Lexias sexistas e violência política de gênero no Twitter**. 2023. 107 f. Dissertação ( Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

HARALDSSON, Amanda. **Media discrimination and women's political representation**: experimental evidence of media effects on the supply-side. Tese (Doutorado), European University Institute, Florença, 2022

KLIPP, Telma Paulina. **A violência política de gênero na América Latina**: a relação entre Dilma Rousseff e a mídia. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Federal de Santa Catarina, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2020.

KOCH, Luise et al. Online misogyny against female candidates in the 2022 Brazilian elections: a threat to women's political representation?. **Information, Communication & Society**, p. 1-21, 2025.

LACALLE, Charo et al. "She Looks Like She'd Be a Filthy Pig in Bed": Online Misogyny and Denigration of Women Politicians. **Violence Against Women**, p. 10778012241313479, 2025.

LÜNENBORG, Margreth; MAIER, Tanja. 'Power Politician'or 'Fighting Bureaucrat': gender and power in German political coverage. **Media, Culture & Society**, v. 37, n. 2, p. 180-196, 2015.

MÄKELÄ, Johanna; ISOTALUS, Pekka; RUOHO, Iiris. The ball is in the women's court: The portrayal of Finnish women as political leaders in newspapers. In: **Discourse, politics and women as global leaders**. John Benjamins, 2015. p. 293-314.

MENEGHETTI, Rayssa Rodrigues et al. A TECNOLOGIA COMO VETOR DA VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA AS MULHERES. **SYNTHESIS| Revista Digital FAPAM**, v. 11, n. 1, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, v. 15, p. 55-81, 2009.

MUSI, Elena; FEDERICO, Lorenzo; MOUNIM, Ayoub. Unveiling toxic discourse towards female politicians in Italy: A corpus-based approach. **European Journal of Women's Studies**, v. 32, n. 3, p. 258-275, 2025.

SABBATINI, Letícia. CHAGAS, Viktor. A violência política de gênero online. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.21, n.1, p.67-79, 2024

SABBATINI, L.; CHAGAS, V.; MIGUEL, V.; REZENDE, G.; DRAY, S. **Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas digitais**. Niterói: coLAB/UFF, 2023. 60 p. (Série DDoS Lab). doi: 10.56465/ddoslab.2023.002



Diálogos  
União Europeia - Brasil



**ONMP**  
OBSERVATÓRIO NACIONAL  
DA MULHER NA POLÍTICA

Secretaria da  
Mulher

